



REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República**Considerando que:**

1 – Portugal tem aumentado as suas exportações, sendo que a competitividade dos nossos empresários muitas vezes poderia ser aumentada caso o custo de contexto – energia – fosse mais baixo;

2 – Este é um facto que já motivou várias intervenções por parte do Governo. A energia é assim uma preocupação, com várias dimensões, tendo-se já avançado com intervenções ao nível dos combustíveis líquidos – seja pela criação da legislação que introduziu os combustíveis “low cost” ou pela criação da Entidade Nacional do Mercado dos Combustíveis (ENMC);

3 – A ENMC trouxe ao nosso país mais transparência no setor dos combustíveis rodoviários, mas também no mercado do gás. Hoje sabemos, e desde a apresentação dos chamados preços de referência, quais os fatores de composição do preço e temos diariamente atualizações;

4 – Em Portugal o regulador do setor da energia fala sobre este assunto e demonstra ter atribuições no que respeita à transparência do mercado: “A ERSE enquadra a supervisão de mercados nas suas opções estratégicas de actuação, designadamente quanto à promoção da concorrência no sector e à defesa dos interesses dos consumidores de energia.

A prestação de informação e a sua divulgação de forma transparente e não discriminatória constitui um elemento essencial da afirmação de mercados eficientes e concorrenciais. A ERSE procura, através da sua actuação global e, num contexto mais focado, pela supervisão dos mercados, que estas condições sejam reais e efectivas.”;

5 – Diz ainda a ERSE no seu “site”: “Constitui objetivo fundamental das atividades que integram o Sistema Elétrico Nacional (SEN), a disponibilização de energia elétrica em termos adequados às necessidades dos consumidores, quer qualitativa quer quantitativamente, a concretizar com base em princípios de racionalidade e eficiência dos meios a utilizar em todas as atividades que integram o setor elétrico desde a produção de eletricidade até ao seu fornecimento ao

consumidor final.”;

6 – Para lá disto e no que respeita ao mercado ibérico foi criado um Conselho de Reguladores que “...é integrado por parte de Portugal através de representantes da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) e da Comissão do Mercado de Valores Imobiliários (CMVM) e por parte de Espanha através de representantes da Comissão Nacional de Energia (CNE) e da Comissão Nacional do Mercado de Valores (CNMV).”;

7 – A política de cooperação levada a cabo entre os dois países ibéricos estabelece ainda que o Conselho de Reguladores proceda ao “Acompanhamento dos mecanismos de contratação de energia de âmbito ibérico por parte dos comercializadores de último recurso previstos no n.º 4 do artigo 7.º Para este efeito, o conselho de reguladores apresentará regularmente às Partes um parecer com resultados e possíveis propostas de alteração das regras da regulação em vigor”;

8 – De acordo com as mais recentes publicações, daquele conselho, sabemos que desde o final de março Portugal tem um preço médio de eletricidade mais elevado do que Espanha: “O preço médio aritmético durante o mês foi de 43,13€/MWh na zona espanhola enquanto na zona portuguesa foi de 43,22€/MWh”. (Informação mensal do MIBEL março de 2015);

9 – As informações já existentes são de enorme importância para os consumidores, mas não estão traduzidas de forma simples em qualquer “site” dirigido aos milhares de consumidores (empresas ou particulares).

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alíneas d) e e) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º, n.º 3 do Regimento da Assembleia da República, que fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

O(a)s Deputado(a)s do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer ao Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

1 – Tem Vossa Excelência conhecimento da existência de relatórios mensais por parte do Conselho de Reguladores e da forma como eles são apresentados?

2 – Considerando a dinâmica que a ENMC trouxe à informação ao consumidor, bem como as explicações simplificadas apresentadas no seu “site”, considera Vossa Excelência que poderá a vir ser criado um “site” idêntico da ERSE para prestar informação aos consumidores sobre a constituição do preço da eletricidade?

3 – Para lá das medidas já encetadas para ajudar as famílias a suportar o preço da eletricidade, nomeadamente através da Tarifa Social, está o seu Ministério a equacionar um programa de ajuda à redução de custos, em eletricidade, das PME’s?

4 – No que respeita à tarifa de acesso à rede na eletricidade tem-se verificado uma evolução prejudicial aos clientes (também empresariais) – elemento que tem causado o

manifesto agravamento do custo da eletricidade. Estão a equacionar algum tipo de intervenção específica nesta matéria?

5 – É ainda sabido que há uma “dupla portagem” no gás, porquanto o gás está sujeito a uma taxa de 7% cobrada por Espanha no momento em que o gasoduto passa a fronteira e outros 7% do lado Português. Estão a estudar alguma solução que permita a redução deste duplo custo?

6 – Os fundos comunitários poderão vir a ser sinónimo de investimento na eficiência energética. Qual será o impacto que os mesmos terão na redução do consumo de energia nas empresas e qual o impacto esperado na economia e no emprego?

Palácio de São Bento, quinta-feira, 4 de Junho de 2015

Deputado(a)s

ALTINO BESSA(CDS-PP)

HELDER AMARAL(CDS-PP)

RUI BARRETO(CDS-PP)

VERA RODRIGUES(CDS-PP)

JOÃO PAULO VIEGAS(CDS-PP)